

# Smith e Keynes sobre a Relevância da Noção de Trabalho Comandado

Adriana Moreira Amado<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo analisa a teoria do trabalho comandado de Smith e procura compará-la com a abordagem das unidades de salário de Keynes observando que os dois autores procuravam um lastro no salário nominal para a mensuração ou do valor ou do crescimento da economia. Apesar da literatura observar essa semelhança, ela não faz uma análise detalhada da mesma deixando de demonstrar as conclusões opostas sobre a moeda que essas duas teorias geram.

## Introdução

A leitura dos capítulos em que Smith procura estabelecer uma teoria do valor que justifique as relações de troca permanentes e/ou duradouras entre as diversas mercadorias, ou bens,<sup>2</sup> nos remete às observações feitas por Keynes acerca de um elemento que permitisse a mensuração do crescimento em economias monetárias de produção. Nitidamente, a solução encontrada para ancorar o crescimento em economias mais ‘avançadas’ é muito semelhante nos dois autores, embora, as preocupações que os levam a esse elemento sejam bastante diversas.

Essa observação está presente na literatura de forma relativamente freqüente.

Blaug observa:

*Smith decides, however, to correct prices for changes in money wage rates rather than changes in the average level of prices. This peculiar solution to the index-number problem is precisely the one adopted in our own times by Keynes*

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. A autora agradece os comentários de Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e as sugestões feitas por Mauro Boianovsky à idéia original do artigo. A autora agradece o apoio financeiro do CNPq.

<sup>2</sup> Estamos nos referindo aos Capítulos IV, V e VI do Livro I da *Riqueza das Nações*.

*who defined income in terms of employment rather than physical output. By using a wage unit as a deflator – the money wage paid for an hour of common labour – Keynes obtained a one-to-one relationship between income and employment, given a constant share of wages in total income. In the Keynesian short run it makes little difference whether one corrects for price changes or for wage changes but in the long run the choice of a deflator is a serious matter, for, as the productivity of labour rises, prices will normally fall relative to wage rates. Unlike Keynes, Adam Smith did want to measure real income over long periods of time and his choice of a labour standard was dictated, not by any conviction that money wages are less subject to variation than prices in general, but by his conception of the nature of economic welfare. (Blaug, 1997, pp. 48-9)*

De forma menos detalhada Sylos-Labini observa: “There are several points in common between Keynes and Smith. One is the wage unit; another is the very limited interest in the distribution of income and the great interest in the demand for labour; still another is the question of the relations between wages and prices.” (Sylos-Labini, 1984, p. 29, n.15).

Neste artigo estaremos interessados exatamente em detalhar as comparações entre os usos feitos por Smith e Keynes do salário nominal como elemento de ancoragem do crescimento ou do valor em economias monetárias de produção, mostrando, para tanto, como a noção de trabalho comandado surge na análise de Smith como uma das explicações para o valor e como e porque essa noção sucede a idéia prévia (em sua obra) de trabalho incorporado como fonte de valor sendo, posteriormente, substituída pela noção de custos de produção. Mostraremos, também, a relevância atribuída por Keynes aos salários nominais como elemento de medida em uma economia monetária de produção, ainda que este autor não estivesse preocupado em discutir/elaborar uma teoria própria do valor, a forma como os salários nominais se relacionam com a moeda e como esses elementos fornecem parte dos fundamentos de uma economia monetária de produção.

Estabelecidas essas duas análises sobre a importância do salário nominal e do trabalho comandado como unidades de medida, estabeleceremos algumas considerações sobre as semelhanças e diferenças das abordagens desses dois autores, que, aparentemente, partem de preocupações distintas e chegam a soluções próximas, ainda

que com justificativas diferentes para adotarem os mesmos caminhos.

### **Smith e a Teoria do Valor com Base no Trabalho Comandado**

Smith inicia o Capítulo V do Livro I da *Riqueza das Nações* observando:

*Every man is rich or poor according to the degree in which he can afford to enjoy the necessities, conveniences, and amusements of human life. But after the division of labour has once thoroughly taken place, it is but a very small part of these with a man's own labour can supply him. The far greater part of them he must derive from the labour of other people, and he must be rich or poor according to the quantity of that labour which he can command, or which he can afford to purchase. The value of any commodity, therefore, to the person who possesses it, and who means not to use or consume it himself, but to exchange it for other commodities, is equal to the quantity of labour which it enables him to purchase or command. Labour, therefore, is the real measure of the exchangeable value of all commodities. (Smith, 1976, p. 47)*

Da citação acima percebe-se claramente a preocupação do autor em mensurar a relação de troca entre os diversos bens e ao fazer isso encontrar uma medida sólida da riqueza de um determinado indivíduo, e, talvez, da sociedade como um todo. Claramente, ele está se referindo a uma sociedade que atingiu um nível mínimo de desenvolvimento social, dado que assume que a divisão do trabalho já tem lugar. Neste contexto, o elemento escolhido por ele como fonte para a mensuração do valor é o trabalho. Contudo, ele não está se referindo ao trabalho passado, àquele que deu origem à mercadoria, ou seja, àquele que faz parte dela, portanto, está incorporado na mesma, mas sim ao trabalho que aquela mercadoria tem a capacidade de colocar em movimento. Ou seja, ao trabalho que aquela mercadoria pode comandar. Cabe, portanto, chamar a atenção que, ao contrário da tradição que será desenvolvida posteriormente e que tem em Ricardo e Marx seus principais expoentes, Smith não parece estar preocupado em encontrar uma medida objetiva de valor, via trabalho, tal qual as horas de trabalho incorporadas na mercadoria, mas opta por um caminho muito mais sujeito a variáveis subjetivas e que, em certa medida, passa duplamente pela validação do mercado:

primeiro porque a mercadoria tem de transformar-se em moeda e segundo porque a moeda tem de transformar-se em salário. Contudo, essa troca poderia também ser feita de forma direta, de maneira que a mercadoria fosse comprada por trabalho. Nesse sentido Smith observa:

*Labour was the first price, the original purchase-money that was paid for all things. It was not by gold or silver, but by labour, that all the wealth of the world was originally purchased; and its value, to those who possess it and who want to change it for some new production, is precisely equal to the quantity of labour which it can enable them to purchase or command. (Smith, 1976, p. 48)*

As razões apresentadas para o trabalho ser a “moeda originária” não aparecem de forma explícita em Smith. Contudo, de forma dispersa, o autor demonstra que o seu caráter de insumo comum a todas as mercadorias lhe dá a especificidade de medida de valor (Smith, 1976, Vol. I, p. 47).

Mais adiante Smith coloca: “labour alone, therefore, never varying in its own value, is alone the ultimate and real standard by which the value of all commodities can at all times and phases be estimated and compared. It is their real price; money is their nominal price only” (Smith, 1976, Vol. I, p. 51). Claramente, neste trecho Smith está atribuindo uma importância analítica muito superior aos preços reais do que aos preços nominais. Essa reduzida importância analítica das variáveis monetárias é comum a toda sua obra. Os preços nominais teriam um caráter meramente transitório e não refletiriam as “verdadeiras” relações de troca entre as mercadorias, assim, oscilando em torno dos preços reais que seriam as âncoras últimas das mesmas (Smith, 1976, Vol. I, cap. IV e V).

Observaremos, que em Keynes o comando sobre o trabalho também é a verdadeira medida do crescimento e da acumulação de uma economia monetária de produção. Contudo, ao invés de negar a importância das variáveis monetárias ou a partir daí desenvolver uma teoria em que a moeda é neutra, como faz grande parte dos clássicos, inclusive Smith, Keynes ao dotar a moeda de uma âncora nominal, salários nominais e, conseqüentemente, contratos denominados em moeda, cria as condições para a não neutralidade da moeda e para sua relevância analítica.

Como foi previamente observado, a teoria do valor de Smith muda ao longo de

sua obra. Podem-se verificar basicamente quatro teorias do valor na sua obra: a) O valor seria explicado pelo trabalho incorporado na mercadoria, contudo, essa teoria apenas seria válida em estágios do desenvolvimento em que não houvesse acumulação de capital e/ou propriedade privada do estoque de capital acumulado; b) O valor seria explicado pelo trabalho que uma mercadoria pode comandar; c) o valor seria explicado pela desutilidade subjetiva do trabalho necessário para a produção de uma dada mercadoria e d) o valor seria explicado pelos custos de produção da mercadoria<sup>3</sup>. As três últimas “teorias” aplicam-se aos estágios mais desenvolvidos da sociedade e não são refutadas pelo autor em nenhum momento.

Contudo, a teoria efetivamente utilizada por Smith para a mensuração do valor é a de custos de produção. Exatamente isto permite a Schumpeter afirmar que:

*We came to the conclusion that, in spite of his emphasis on the labor factor, his theory of value is no labour theory at all” (Schumpeter, 1986, p. 189) e mais “Finally, as we have already had occasion to notice A. Smith (Book I, Chapter 5) considers the quantity of labor a commodity can command in the market the most useful substitute for its price in money, that is to say, he chooses labor for numeraire. On principle, there can be no objection to this decision, which in itself no more commits him to a labor theory of value than the choice of oxen for numeraire would commit us to an ox theory of value” (Schumpeter, 1986, p. 310).*

Desta forma, podemos observar que apesar da ambigüidade da ou das teorias do valor de Smith, em que várias noções de valor são formuladas<sup>4</sup> um dos traços marcantes de sua obra é a noção de trabalho comandado, que posteriormente foi substituída pela teoria dos custos de produção. É com base exatamente naquela que iremos procurar

---

<sup>3</sup> Essas teorias são parte do desenvolvimento do capítulo V do Livro I da Riqueza das Nações e foram sistematizadas por diversos autores em suas exposições sobre as “teorias do valor” de Smith. Como exemplos destas sistematizações e análises textuais da análise de Smith podemos mencionar Blaug, 1997, p. 48 e Schumpeter, 1994, p. 590.

<sup>4</sup> O que leva diversos autores a observarem que não há uma teoria do valor consistente em Smith.

identificar alguns pontos de interseção entre Smith e Keynes.

### **Keynes e a Preocupação com a Âncora do Salário Nominal e com o Emprego**

Keynes, ao contrário de Smith, não está preocupado diretamente com a formulação de uma teoria do valor específica. Muito pelo contrário, ele assume a teoria neoclássica e parte dela para sua análise. Contudo, em sua preocupação maior, a explicação do crescimento, portanto, do emprego e das causas que levam à crise, ele retoma parte das observações clássicas sobre o valor, ainda que não o faça com esse objetivo. Isso fica claro quando ele fala:

*I sympathise, therefore, with the pre-classical doctrine that everything is produced by labour, aided by what used to be called art and is now called technique, by natural resources which are free or cost a rent according to their scarcity or abundance, and by the results of past labour, embodied in assets, which also command a price according to their scarcity or abundance. It is preferable to regard labour, including, of course, the personal services of the entrepreneur and his assistants, as the sole factor of production, operating in a given environment of technique, natural resources, capital equipment and effective demand. This partly explains why we have been able to take the unit of labour as the sole physical unit which we require in our economic system, apart from units of money and of time. (Keynes, 1936, p. 213-14).*

Nesta citação fica clara a origem clássica (pré-clássica) do uso do trabalho como âncora para o crescimento, ou como unidade de medida. Contudo, ainda não está claro a que “teoria” do valor baseada no trabalho Keynes está se referindo, isto, entretanto, havia sido adiantado em capítulos anteriores da *Teoria Geral*.

Mais uma vez cabe ressaltar que a preocupação de Keynes não era relativa ao valor ou à relação de troca entre as mercadorias, mas sim à busca de uma medida segura e relativamente permanente para o crescimento. Isto fica claro quando ele aponta as principais dificuldades por ele encontradas ao escrever a *Teoria Geral*:

*The three perplexities which most impeded my progress in writing this book, so that I could not express myself conveniently until I had found some solution for them, are: firstly, the choice of the units of quantity appropriate to the problem of the economic system as a whole; secondly, the part played by expectation in economic analysis; and, thirdly, the definition of income*(Keynes, 1936, p. 37).

A preocupação de Keynes com o crescimento e, conseqüentemente, com sua medida, o leva a procurar uma unidade de medida que seja relativamente estável no tempo<sup>5</sup>. Na *Teoria Geral* ele estabelece que trabalhará basicamente com duas unidades: “In dealing with the theory of employment I propose, therefore, to make use of only two fundamental units of quantity, namely, quantities of money-value and quantities of employment”. ... “We shall call the unit in which the quantity of employment is measured the labour unit; and the money wage of a labour unit we shall call the wage unit” (Keynes, 1936, p. 41). É exatamente a partir daí que Keynes estabelece a relação de um para um a que se referia Blaug anteriormente e que permite a mensuração do crescimento via emprego<sup>6</sup>.

Podemos perceber, assim, que nesse sistema a moeda continua sendo importante, pois ele considera as variáveis monetárias, mas consegue uma unidade de medida invariável via a relação da moeda com o comando do trabalho (salário nominal, unidades de salário). Com isto, Keynes, sem sair do marco teórico de uma economia monetária de produção, consegue elementos para mensurar o crescimento.

“It follows that we shall measure changes in current output by reference to the number of hours of labour paid for (whether to satisfy consumers or to produce fresh capital equipment) on the existing capital equipment”. (Keynes, 1936, p. 44). Esta afirmação, obviamente, se aproxima bastante das observações de Smith acerca do valor, ainda que Keynes não esteja imediatamente preocupado com o estabelecimento da relação de troca entre bens, mas sim com a criação de valor na economia como um todo. Isso fica

---

<sup>5</sup> Keynes no *Tratado sobre a Moeda* desenvolve uma longa discussão sobre o índice de preços mostrando os principais problemas de trabalhar com esse elemento de homogeneização das unidades (Keynes, 1931).

<sup>6</sup> Cabe notar que enquanto Keynes usa a variável emprego, Smith trabalha com a noção de horas de trabalho, ou em sentido mais amplo, de trabalho.

patente por ele observar a quantidade de trabalho que um determinado estoque de capital é capaz de colocar em movimento.

Em um artigo cujo objetivo era sistematizar os fundamentos de uma economia monetária de produção Carvalho observa:

*A âncora da moeda no sistema keynesiano é o salário monetário. O poder de comando sobre o trabalho conferido pela moeda é o indicador mais significativo do volume de riqueza acumulado por uma firma. O trabalho, como a moeda, tem uma natureza genérica, por ser insumo essencial a qualquer processo produtivo, elemento comum na determinação de todos os preços. A ‘cesta’ de bens relevantes para as firmas como um todo, portanto, é constituída por unidades de salários. (Carvalho, 1992)*

Outra similaridade entre Keynes e Smith decorre do fato de ambos tomarem o trabalho comandado<sup>7</sup> como unidade de medida em economias em estágios de desenvolvimento mais avançados. Nos dois autores, contudo, a explicação para esse elemento é diferente. Em Smith claramente a opção pela teoria do valor baseada no trabalho comandado deve-se ao fato de ele não observar as particularidades da mercadoria força de trabalho, como fará Marx posteriormente, e por esse motivo não ter uma explicação adequada para o lucro em economias em que há propriedade privada.

Em Keynes, por outro lado, a preocupação com a mensuração do crescimento via emprego, que só é possível assumindo o intermediário das unidades de salário e da idéia de trabalho comandado, é fundamental porque sua preocupação central era exatamente demonstrar que em economias monetárias de produção, economias empresariais ou economias de salário nominal, o desemprego é uma possibilidade real e bastante plausível, em contraste com o que se observa nas economias cooperativas ou de salário real, que seria o marco teórico adequado para a teorias clássica (Keynes, 1979, Vol . XXIX). Por esse motivo Keynes vai dar especial ênfase à medida do emprego como unidade para o crescimento e, mais, vai procurar exatamente no “tripé”: características de uma economia monetária de produção, características da moeda e

---

<sup>7</sup> Smith trabalha com a noção de trabalho médio e não de trabalhos “particularizados”, “individualizados” sujeitos a variações de produtividade (Smith, 1976, Vol. I, pp. 48-9)



salário nominal, os elementos que explicam a possibilidade de desemprego involuntário nas economias monetárias de produção. Ao fazer isso, partindo de uma unidade de medida próxima à de Smith, Keynes chega a uma concepção de teoria monetária e de não neutralidade da moeda que é absolutamente oposta à de Smith.

Keynes define as economias monetárias de produção por uma série de axiomas que estão expostos no Vol XXIX dos CWJMK e foram adequadamente sistematizados por Carvalho, 1992. Contudo, alguns desses axiomas são fundamentais para o tratamento da relevância do salário nominal, da idéia de trabalho comandado como base para a mensuração do processo de acumulação, do salário nominal como âncora para uma economia monetária de produção, dos contratos e da moeda como elemento fundamental para esses contratos e, finalmente, para a relação entre moeda, salários nominais e não neutralidade da moeda.

Keynes observa no Volume XIX dos CWJMK, em que ele define uma economia monetária de produção, que o fim último do processo produtivo é obter um *valor monetário* maior do que o inicial.

*In an entrepreneur economy this is a wrong analysis of the business calculation. An entrepreneur is interested, not in the amount of product, but in the amount of money which will fall to his share. He will increase his output if by so doing he expects to increase his money profit, even though this profit represents a smaller quantity of product than before". (Keynes, 1979, Vol.XXIX, p. 82).... "The firm is dealing throughout in terms of sums of money. It has no object in the world except to end up with more money than it started with. That is the essential characteristic of an entrepreneur economy.(Keynes, 1979, Vol. XXIX, p. 89).*

O caráter monetário da acumulação decorre da liquidez que a moeda apresenta nessas economias. A liquidez está associada à flexibilidade que esse ativo possui, uma vez que a flexibilidade é a resposta a duas características essenciais das economias monetárias de produção: a presença de tempo histórico e, conseqüentemente, da incerteza. A liquidez da moeda deve-se em grande parte ao fato de o trabalho ser o insumo mais comum, geral, das economias monetárias de produção e de sua remuneração ser feita em termos monetários e essa remuneração ter por base contratos

que são, também, monetários o que em certo sentido fornece uma âncora à moeda (Keynes, 1979, Vol. XXIX)<sup>8</sup>.

Relacionando a liquidez da moeda com os salários nominais Keynes observa:

*In the first place, the fact that contracts are fixed, and wages are usually somewhat stable, in terms of money, unquestionably plays a large part in attracting to money a high liquidity-premium. The convenience of holding assets in the same standard as that in which future liabilities may fall due and in a standard in terms of which the future cost of living is expected to be relatively stable, is obvious (Keynes, 1936, p. 236-7).*

Esta observação ao invés de chamar a atenção para o fato de que sua teoria está assumindo salários nominais rígidos, base para o desenvolvimento do “keynesianismo bastardo”, está mostrando que a relação da moeda com o salário nominal é fundamental para a ancoragem e para o conseqüente prêmio de liquidez que a moeda possui. Isso fica claro em:

*The normal expectation that the value of output will be more stable in terms of money than in terms of any other commodity, depends of course, not on wages being arranged in terms of money, but on wages being relatively sticky in terms of money”(Keynes, 1936, p., 237)... “In other words, the expectation of a relatively stickiness of wages in terms of money is a corollary of the excess of liquidity-premium over carrying costs being greater for money than for any other asset”(Keynes, 1936, p. 237) e mais “The fact that money has low elasticities of production and substitution and low carrying costs tends to raise the expectation that money-wages will be relatively stable; and this expectation enhances money’s liquidity-premium and prevents the expectational correlation between the money-rate of interest and the marginal efficiencies of other assets which might, if it could exist, rob the money-rate of interest of its sting (Keynes, 1936, p. 238).*

Ou seja, são as particularidades da moeda em economias monetárias de

---

<sup>8</sup> Para uma análise detalhada desta discussão ver Davidson, 1978.

produção que dão ao salário nominal uma certa rigidez e não a rigidez do salário nominal que gera a possibilidade de desemprego involuntário, como adorariam os membros da síntese neoclássica. Esta interpretação tanto é correta que a suposição da rigidez dos salários nominais é relaxada no Capítulo XIX da *Teoria Geral* e os resultados que são encontrados por Keynes vão no sentido do reforço da possibilidade e profundidade da crise em economias monetárias de produção.

Em Smith havíamos observado que a escolha do trabalho como medida de valor, seja incorporado ou comandado, devia-se ao fato dele estar presente na produção de todos os bens, sendo o insumo mais comum/amplo da economia, o que o aproxima de Keynes. Contudo, sua análise parava aí, enquanto em Keynes há a possibilidade da relação da moeda com o trabalho ter uma interferência profunda na determinação da trajetória de crescimento da economia. Desta forma, Keynes avança em relação a Smith ao conseguir compor um quadro em que as várias esferas da sua teoria são incorporadas e a resultante deste quadro mais geral é exatamente a noção de economia monetária de produção, em que a moeda é não neutra. Keynes observa:

*Perhaps anything in terms of which the factors of production contract to be remunerated, which is not and cannot be a part of current output and is capable of being used otherwise than to purchase current output, is, in a sense, money. If so, but not otherwise, the use of money is a necessary condition for fluctuations in effective demand. (Keynes, 1979, XXIX, p. 86).*

Fica claro, portanto, que o fato de economias monetárias de produção possuírem contratos de trabalho monetários faz uma grande diferença em termos da determinação das trajetórias de crescimento. Por esse motivo, Keynes denomina essas economias, de forma alternativa, de economias de salário nominal (money-wage economy). Contudo, a compreensão da relevância da moeda nas mesmas não fica completa apenas com a análise da relação trabalho, produção, contratos monetários de trabalho. Falta um elemento fundamental para compreender a importância que a moeda assume nas mesmas: a observação das especificidades da moeda. Neste aspecto também podemos observar alguma relevância da noção de trabalho comandado, que é exatamente o que cria a possibilidade de crises nas economias monetárias de produção.

Keynes estabelece duas propriedades fundamentais na moeda, que são

exatamente as responsáveis pelas especificidades que esse ativo possui em economias monetárias de produção: a) a baixa ou negligível elasticidade de produção e b) a baixa ou negligível elasticidade de substituição (Keynes, 1936, Capítulo 17). Para nossos propósitos nos centraremos na primeira especificidade. Quando falando sobre esta particularidade da moeda, Keynes retoma a idéia de poder de comandar trabalho versus a incorporação de trabalho. Obviamente a contraposição de noções de valor não é o que o preocupa nesse momento, mas claramente ele está sugerindo que o ativo moeda tem como uma de suas particularidades o rompimento de qualquer vínculo, ainda que não direto, entre essas duas coisas: “Elasticity of production meaning, in this context, the response of the quantity of labour applied to producing it to a rise in the quantity of labour which a unit of it will command” (Keynes, 1936, p. 230).

Exatamente o poder que a moeda possui de absorver poder de compra sem gerar renda em sua produção e sua baixa elasticidade de substituição é que fazem com que ela seja um “bottomless sink for the purchasing power” (Keynes, 1936, p. 231) e “rules the roost” (Keynes, 1936, p. 223). E é exatamente da junção das especificidades da moeda com os contratos denominados em moeda e, sobretudo, dos contratos salariais denominados em moeda que resulta a possibilidade de desemprego involuntário em economias monetárias de produção.

Portanto, em Keynes a discussão da unidade de salário, que se assemelha à postura de Smith em relação ao trabalho comandado, não é algo que pára na busca da origem do valor. Essa questão sequer faz parte das preocupações principais de Keynes na *Teoria Geral*. Mas sim, tem um papel bastante importante na caracterização das economias monetárias de produção ao mesmo tempo que é um fator determinante para a não neutralidade da moeda e para o poder que a mesma possui de determinar a trajetória de crescimento dessas economias, ao contrário do que ocorre na teoria monetária de Smith, em que se chega a uma moeda neutra no longo prazo e, assim, dissocia-se a discussão do valor da discussão monetária.

## **Conclusão**

Dentre as várias tentativas de Smith de formular uma teoria do valor duas têm especial destaque na literatura: a) a teoria do trabalho comandado e b) a teoria dos custos de produção. A primeira explicação assemelha-se bastante com as análises de

Keynes acerca das unidades adequadas para mensurar o crescimento em economias monetárias de produção. Contudo, apesar da referência feita pela literatura a essa semelhança, pouco tem se desenvolvido a esse respeito. O artigo procurou mostrar que além da semelhança patente desses dois autores no que tange à noção de trabalho comandado como unidade de medida adequada em economias em estágio de desenvolvimento mais avançados, há algumas diferenças fundamentais que os separam no que tange ao posterior desenvolvimento dessa noção. Observamos que enquanto Smith elabora sua teoria do valor com base no trabalho comandado e posteriormente a abandona, formulando em separado uma teoria monetária, Keynes vai unir essas duas coisas mostrando que a importância dos salários nominais e a justificativa para escolher o salário nominal como unidade relevante em economias monetárias de produção decorrem das especificidades da moeda. Ao fazer isso ele coloca juntas partes que estavam separadas na obra de Smith e elabora uma teoria da não neutralidade da moeda.

## **Referências**

Blaug, M., **Economic Theory in Retrospect**, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.

Carvalho, F.C., Moeda, produção e acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana. in Silva, M.L.F., **Moeda e Produção: Teorias Comparadas**, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

Davidson, P., **Money and the Real World**, Macmillan, London, 1978.

Keynes, J.M., **The General Theory of Employment, Interest and Money**, Macmillan, London, 1936.

Keynes, J.M., **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, Vol. XXIX, 1979.

Schumpeter, J.A., **History of Economic Analysis**, Oxford University Press, New York, 1994.

Smith, A., **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**, Oxford University Press, Oxford, 1976.

Sylos-Labini, P., **The Forces of Economic Growth and Decline**, MIT Press, Cambridge, 1984.